

Chegam a R\$ 31,8 bi cortes previstos no Orçamento

Mensagem que será examinada pelos parlamentares na Comissão Mista de Orçamento eleva previsão de crescimento da economia brasileira para 5,5% neste ano, com inflação também de 5,5%

O governo encaminhou ao Congresso na sexta-feira passada uma segunda reavaliação dos gastos e da arre-

cação da União neste ano, propondo cortes no total de R\$ 7,6 bilhões. A soma dos cortes com a reestimativa de despesas obrigatórias chega a R\$ 10

bilhões, diante da informação de que esses gastos estavam superdimensionados em R\$ 2,4 bilhões. Em abril, haviam sido contingenciados R\$ 21,8 bi-

lhões. Com os cortes, o governo sinaliza ao Congresso que quer esfriar um pouco a economia, para evitar que a inflação escape do controle. 3

Gerardo Maggiera



Plenário reúne comerciários para celebrar conquistas

Sessão especial sugerida por Paulo Paim e presidida por Mão Santa lembrou as várias décadas da luta dos comerciários, que começou há 78 anos com a redução da jornada de trabalho. 7

Senadores Paulo Paim e Mão Santa, entre sindicalistas convidados para a sessão especial em comemoração antecipada ao Dia do Comerciário, 30 de outubro

especial Cidadania

Eletrodomésticos têm prazo para conquistar selo de certificação de segurança do Inmetro 8

Ana Volpe



A partir de julho do ano que vem, 87 eletrodomésticos, como o secador de cabelo, deverão ter selo do Inmetro

Senado reverencia a memória do ex-senador Jefferson Péres

Político amazonense que marcou seus 13 anos no Senado pela defesa da ética na política será lembrado no início da sessão de amanhã. 6

Imunidade de penhora para equipamentos agrícolas 6

Simon critica Obama por não ter apoiado acordo com Irã 5

Exibição de filmes nacionais pode ser obrigatória nas escolas

Objetivo de proposta de Cristovam Buarque que deverá ser votada hoje em decisão terminativa pela CE é criar no país uma geração com gosto pelo cinema. 4

Grupo será recebido pelo presidente do Senado, José Sarney, e por Eduardo Azeredo. Visita celebra os 90 anos de relações diplomáticas entre os dois países

Comitiva de parlamentares poloneses chega amanhã

UMA COMITIVA DE deputados poloneses visitará o Senado amanhã, em comemoração aos 90 anos de relações diplomáticas entre Brasil e Polônia. Os parlamentares serão recepcionados pelo presidente do Senado, José Sarney, e pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Hoje, o grupo estará na Câmara dos Deputados.

As relações diplomáticas entre Brasil e Polônia foram iniciadas ainda em 1920, com a entrega

das credenciais do representante polonês ao então presidente brasileiro Epitácio Pessoa. Onze anos depois, as credenciais do embaixador brasileiro foram entregues ao governo polonês.

As boas relações diplomáticas com a Polônia, no entanto, segundo o historiador polonês Jerzy Mazurek, vêm desde o Império, época em que aquele país ainda não era reconhecido como nação.

O pesquisador ressalta ainda, em sua obra, que a indepen-

dência da Polônia foi defendida pelo brasileiro Rui Barbosa na Segunda Conferência de Haia, realizada em 1907, na Holanda.

O Brasil também foi o primeiro país da América Latina a reconhecer a criação da Polônia unificada e independente, em agosto de 1918. Na década de 1990, após a consolidação da democracia nos dois países, muitos tratados e acordos foram assinados pelos governos brasileiro e polonês.



Obra do autodidata pernambucano Roberto Freire combina vários estilos

Exposição com trabalhos de Roberto Freire vai até sexta-feira

Obras do pintor pernambucano Roberto Freire estão expostas até a próxima sexta-feira no Espaço Cultural Senador Ivandro Cunha Lima e na Senad Galeria.

Nascido no Recife e atualmente morando em Tibau do Sul (RN), Roberto Freire é autodidata e pinta há 30 anos

em vários estilos. Já realizou diversas exposições individuais em Fortaleza, Recife, São Luís, Salvador, Teresina, João Pessoa, Maceió e em outras capitais do Brasil.

O Espaço Cultural Senador Ivandro Cunha Lima e a Senad Galeria estão situados no Palácio do Congresso.

Senadores lamentam morte de economista

O presidente do Senado, José Sarney, emitiu nota de pesar pelo falecimento do economista Francisco Gros, ocorrido na última quinta-feira, em São Paulo. Francisco Gros foi por duas vezes presidente do Banco Central, sendo a primeira na gestão de José Sarney na Presidência da República. Na segunda ocasião, ele foi responsável por resguardar a instituição na crise que, em 1992, encerrou o governo de Fernando Collor. Também foi presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Petrobras.

No dia da morte do economista, os senadores Heráclito Fortes (DEM-PI) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) se solidarizaram com a família de Gros. Ao pedir voto de pesar para o fato, Virgílio ressaltou que perdeu um amigo, "alguém que admirava, um homem exitoso e um executivo público do melhor nível".

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Exame da proposta que cria Petro-Sal

14h A hora do expediente será dedicada à comemoração do Dia Nacional da Defensoria Pública. O primeiro item da ordem do dia é o projeto que autoriza o Poder Executivo a criar a Petro-Sal.

Presidência Homenagem à Defensoria Pública

14h O presidente do Senado, José Sarney, participa de homenagem ao Dia Nacional da Defensoria Pública e, às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária.

CAS Indicação de diretores da Anvisa e da ANS

9h A Comissão de Assuntos Sociais analisa as indicações de José Agenor Álvares da Silva para o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e de Eduardo Marcelo de Lima Sales para diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Na segunda parte da reunião, a CAS vota diversas propostas, entre elas a que assegura adicional de periculosidade aos empregados de condomínios e prestadores dos serviços de portaria, vigilância e segurança.

CRA Estímulo à integração lavoura e pecuária

9h30 Três propostas integram a pauta de votação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária: a que autoriza a União a doar a Mato Grosso áreas de seu domínio nas glebas denominadas Maiká e Cristalino/Divisa; a que prevê incentivos especiais ao produtor rural que adotar técnicas de integração entre lavoura e pecuária; e a que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária.

CE Foto de Cristovam na galeria dos ex-presidentes

10h Cerimônia de colocação de retrato do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) na galeria de fotos dos ex-presidentes da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Antes, a CE presta homenagem ao presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, Antonio José de Oliveira Santos. Em seguida, Cristovam faz palestra sobre o tema "O Brasil pode ser campeão mundial de educação". Ainda dentro da programação, será apresentado o vídeo *De Portas Abertas*. Às 11h, entre os 22 itens em pauta, a comissão vota projeto que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatória a exibição de filmes brasileiros pelas escolas de educação básica.

CAE Benefício a agricultores familiares

10h Proposta que prevê a ampliação do programa Garantia-Safra é um dos itens em análise na Comissão de Assuntos Econômicos. O projeto determina que os agricultores familiares da área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) que perderem suas lavouras devido a secas ou excesso de chuvas poderão passar a receber o benefício.

CMA Criação de cadastro de obras inacabadas

11h30 Dois projetos devem ser votados em decisão terminativa na reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle: o que prevê a criação de um cadastro geral de obras inacabadas e o que obriga a oferta de meia-entrada na venda de ingressos pela internet para apresentações culturais.

CRE Embaixadores na Bolívia e no Japão

14h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional analisa as indicações de Marcel Fortuna Biato e de Marcos Bezerra Abbott Galvão para os cargos de embaixador na Bolívia e no Japão, respectivamente.

Subcomissão Belo Monte e situação do setor elétrico

14h30 Audiência pública na subcomissão temporária destinada a acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte com a presença de representantes da Eletrobras; do Operador Nacional do Sistema Elétrico; do Ministério de Minas e Energia; e da Empresa de Pesquisa Energética. Os convidados deverão falar sobre a situação do setor elétrico brasileiro, apresentando um quadro sobre capacidade de geração instalada, o panorama do sistema de distribuição, a previsão de elevação da demanda e as medidas que estão sendo executadas para o atendimento da demanda futura.

Congresso Crédito suplementar a diversos órgãos

20h Sessão conjunta destinada à votação de projetos de lei que liberam crédito orçamentário suplementar em favor de diversos órgãos do Poder Executivo.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp



Adeptos do Santo Daime realizaram ontem, em frente ao Congresso Nacional, a Caminhada Ayahuasca Contra as Drogas, em defesa do uso do chá Santo Daime, ou ayahuasca, em cerimônias religiosas. Eles argumentam que o Daime "não causa qualquer tipo de dependência, dano fisiológico ou síndrome de abstinência". Nesta semana, a Câmara dos Deputados realiza audiências públicas para discutir a resolução do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad) que permitiu o uso do chá.



Waldemir Borreto

Papaléo Paes citou estudo sobre corrupção feito pela Fiesp

Papaléo diz que corrupção ceifa 2,3% do PIB

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) se disse ontem preocupado com os elevados níveis de corrupção verificados no Brasil nas últimas décadas.

Baseando-se em estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), intitulado *Corrupção: custos econômicos e propostas de combate*, Papaléo lamentou o fato de que, numa nota de zero a dez, com o zero indicando um país extremamente corrupto, o Brasil tenha obtido nota 3,70, abaixo da média mundial de 4,03, classificando-se na posição de número 75 entre os 180 países pesquisados.

O parlamentar salientou que caso o Brasil tivesse alcançado a nota dez, ou seja, se não houvesse corrupção, seriam poupados a cada ano, R\$ 69 bilhões, valor equivalente aproximadamente a 2,3% do produto interno bruto (PIB) nacional.

– O que o Brasil desperdiça por ano em subornos e propinas representa 27% dos gastos públicos em saúde; 105% – isso mesmo, 105%! – dos gastos públicos em segurança, aquela mesma segurança que uma pesquisa do Ibope apontou como preocupação prioritária de nossa população; e 127% do que se investe, nos setores público e privado, em pesquisa e desenvolvimento — disse.

Para enfrentar o problema, Papaléo apontou a necessidade de uma reforma política que aumente o controle da sociedade sobre seus representantes; de uma reforma administrativa que priorize o preenchimento de cargos via concursos públicos; de uma reforma fiscal, que torne impositiva a execução do Orçamento; e de uma reforma tributária, que torne o sistema de arrecadação mais justo, entre outras medidas.

Em aparte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela edição de medida provisória que dispensa a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) de licitar obras para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016.

Mensagem que será analisada pela Comissão Mista de Orçamento eleva previsão de crescimento da economia para 5,5%, contra 5% em dezembro passado. Dívida líquida alcança 42,4% do PIB

Governo propõe corte de R\$ 7,6 bi e prevê inflação de 5,5% neste ano

TRÊS DIAS DEPOIS de anunciar a arrecadação de R\$ 71,9 bilhões só em abril – um recorde para o mês –, o governo encaminhou na sexta-feira passada ao Congresso uma segunda reavaliação dos gastos e da arrecadação da União este ano, propondo cortes no total de R\$ 7,6 bilhões.

Ao mesmo tempo, informa que os gastos obrigatórios que havia projetado para este ano estavam exagerados em R\$ 2,4 bilhões, inclusive as despesas com pessoal e encargos sociais. A soma dos cortes com a reestimativa de despesas obrigatórias chega a R\$ 10 bilhões.

Com os cortes, o governo sinaliza ao Congresso que quer esfriar um pouco a economia, para evitar que a inflação saia do controle. Em abril, o governo havia contingenciado R\$ 21,8 bilhões do orçamento. Com o corte de agora, eleva-se para R\$ 31,8 bilhões o volume de dinheiro que o governo, pelo menos por enquanto, quer deixar de gastar.

O corte também reforça a intenção do governo de cumprir a meta do setor público de apresentar este ano um superávit primário de 3,3% do produto interno bruto (PIB). O dinheiro do superávit primário é usado para pagar juros da dívida pública. A

garantia de que esse dinheiro está reservado tranquiliza os investidores, pois eles percebem que o governo tem controle sobre seu endividamento. A dívida líquida do setor público brasileiro chegou ao final de março a R\$ 1,36 trilhão (42,4% do PIB).

Na mensagem aos parlamentares, que será examinada na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o governo informa que decidiu aumentar sua previsão de crescimento da economia para este ano, elevando-a para 5,5%, contra 5% em dezembro passado.

O governo acrescenta que a inflação tem subido e que agora trabalha com um índice oficial (IPCA-IBGE) de 5,5%, em vez dos 5% previstos até dois meses atrás ou de 4,45% em dezembro passado. O documento enviado aos parlamentares, no entanto, pondera que o IGP-DI, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, poderá chegar a 9,14% neste ano.

À imprensa, os ministros da Fazenda e do Planejamento, Guido Mantega e Paulo Bernardo, informaram que o governo pretende preservar as obras incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa Bolsa Família.



Roosevelt Finheiro/Abbr

Ministros Mantega e Paulo Bernardo querem preservar as obras do PAC

Aumento dos juros para 9,5% ao ano evidencia preocupação

Os sinais de preocupação com um crescimento da economia capaz de acelerar a inflação foram dados na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), quando a taxa básica de juros, a Selic, foi elevada para 9,5% ao ano, o que significou um aumento de 0,75 ponto percentual. Desde julho de 2009, o juro básico da economia brasileira estava em 8,75% ao ano.

Na última sexta-feira, um artigo da revista inglesa *The Economist* afirmou que a economia brasileira pode estar alçando “um voo alto demais”. É uma advertência de que o país está crescendo a taxas que podem levar à pressão sobre os preços. A revista afirma ainda que o corte de R\$ 10 bilhões encaminhado ao Congresso é muito pequeno frente a “um generoso orçamento”.

Segundo a Agência Brasil, a

atividade econômica teve alta de 9,84% no primeiro trimestre do ano, comparada a igual período de 2009, de acordo com o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). Na comparação com o último trimestre de 2009, o crescimento foi de 2,38%. De acordo com a agência, o IBC-Br é uma forma de antecipar a evolução da atividade e contribui para a tomada de decisão do Banco Central sobre a Selic. “O IBGE só divulgará o resultado do crescimento da economia (produto interno bruto) do primeiro trimestre em 8 de junho deste ano”, informa a Agência Brasil.

O índice de atividade econômica era calculado por alguns estados e todas as regiões do país, mas neste ano, passou a ter abrangência nacional e a ser divulgado mensalmente. O índice inclui dados da agropecuária, da indústria e dos serviços.

Projeto na CMA pode gerar cadastro de obras paralisadas

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) deve examinar hoje, em decisão terminativa, projeto do senador Fernando Collor (PTB-AL) que pode gerar um cadastro nacional de obras inacabadas. Collor quer obrigar por lei os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Creas) a alimentar o cadastro com os dados da anotação de responsabilidade técnica (ART), pelo qual já acompanham a execução de obras públicas e privadas, um sistema coordenado pelo conselho nacional, o Confea.

A intenção do projeto (PLS 58/08) é aproveitar os instrumentos e as competências de que dispõe o sistema Confea/ Crea para, numa ação conjunta de toda a sua estrutura institucional, concretizar o levantamento anual.

Collor observa que, apesar da quantidade de órgãos e instâncias de controle e fiscalização, nenhum deles consegue reunir e concentrar, num só cadastro ou relatório, todas as informações relativas a obras públicas



Waldemir Borreto

Collor: segundo TCU, há problemas em uma de cada cinco obras públicas

necessárias para as devidas ações preventivas e corretivas.

Preocupação

O senador considera preocupante o alto índice de obras públicas não concluídas no país. Ele citou estimativa de 2003 do Tribunal de Contas da União (TCU) de que uma em cada cinco obras financiadas pelo poder público apresenta problemas.

Os prejuízos dessa verdadeira chaga na sociedade brasileira, afirma Collor, chegam à casa dos bilhões de reais. Há obras inacabadas que entraram para a história do país, como a Transnordestina e a Transamazônica.

Audiência pública com TCU e CGU debate obras irregulares

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Ubiratan Aguiar, e o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage Sobrinho, participam amanhã, às 14h, de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Eles prestarão esclarecimentos sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 (PL 4/10), na parte referente ao anexo das obras com indícios de irregularidades graves, um dos documentos que integram os orçamentos anuais.

Entre os pontos que devem ser discutidos, está a dificuldade de que o TCU ainda encontra para auditar obras da Petrobras, por falta dos parâmetros de custos utilizados. A empresa se comprometeu, desde o ano passado, a enviar ao TCU informações sobre seu sistema de formação de preços, mas os dados estão chegando em formato digital incompatível com os sistemas do órgão e

não podem ser aproveitados, como revelou o deputado Ricardo Barros (PP-PR), em sessão do Congresso na quinta-feira passada.

– O que acontece, na prática, é que o tribunal não consegue processar as informações que a Petrobras envia ao Congresso Nacional. Ela alega que está cumprindo, porque mandou essas informações, mas o tribunal não consegue apreciá-las – comentou o deputado.

Ricardo Barros disse que o envio das informações ao TCU foi um compromisso assumido pelo presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, em carta enviada ao Congresso no momento da votação final do Orçamento desse ano.

Antes disso, outras empresas com pendências firmaram acordo no Comitê de Obras com Indícios de Irregularidades, da CMO, como a Valec, que executa obras ferroviárias, o Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre (Dnit) e a estatal Infraero.

De iniciativa de Cristovam Buarque, proposta tem voto favorável da senadora Rosalba Ciarlini e deve ser votada hoje, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação

Exibição de filmes nacionais pode entrar na grade escolar

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) deve analisar hoje, a partir das 10h, projeto que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para tornar obrigatória a exibição de filmes brasileiros pelas escolas de educação básica. O projeto inclui essa atividade como componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola e fixa carga mínima de duas horas ao mês.

O autor da proposição (185/08), senador Cristovam Buarque (PDT-DF), argumenta que o contato com o cinema contribui para o enriquecimento cultural dos alunos.

– A única forma de dar liberdade à indústria cinematográfica é criar uma massa de cinéfilos que invadam nossos cinemas, dando uma economia de escala à manutenção da indústria cinematográfica. Isso só acontecerá quando conseguirmos criar uma geração com gosto pelo cinema e o único caminho é a escola –

diz Cristovam.

A proposta, com voto favorável da relatora, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), será examinada em caráter terminativo.

Outro projeto (PLS 174/05) em discussão na CE, de autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), também muda a LDB, de modo a assegurar ao estudante com renda familiar comprovadamente inferior a dez salários mínimos prioridade de matrícula em caso de empate no processo seletivo.

Desvantagem

No seu parecer favorável à proposta, que também receberá decisão terminativa na comissão, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) observa que os jovens de menor poder aquisitivo concorrem em visível desvantagem às vagas das instituições públicas de ensino. Portanto, nada mais justo do que dar-lhes preferência em caso de empate no processo seletivo, afirma a senadora.

Figura ainda na pauta da CE projeto (PLS 515/09) de Marisa Serrano (PSDB-MS) que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Universitário de Apoio ao Esporte. O objetivo do programa é promover o esporte em escolas de educação básica e em comunidades carentes, com a participação de estudantes de graduação, especialmente dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física.

Para sua realização, a entidade de ensino superior na qual o aluno estiver matriculado deverá ter projeto específico aprovado no órgão competente do Executivo, conforme regulamento a ser estabelecido.

Em defesa da medida, Cristovam Buarque ressalta no seu parecer os benefícios da proposta para o esporte nacional, como facilitar o surgimento de novas gerações de praticantes e ampliar as possibilidades de preparação de atletas e técnicos. A matéria também terá decisão terminativa na comissão.

Divulgação



Pelo projeto, alunos da educação básica assistirão a filmes como *Chico Xavier*

Estados e municípios poderão receber recursos do DPVAT

Estados e municípios podem receber recursos do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores terrestres (DPVAT), conforme projeto em exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne hoje. As seguradoras, atualmente, repassam à União 50% dos valores recolhidos com o seguro, mas a proposta destina à União apenas 15% e divide os 35% restantes com os estados (15%) e os municípios (20%).

Conforme substitutivo do senador João Vicente Claudino (PTB-PI) apresentado a projeto



Substitutivo de Claudino exige uso das verbas para socorro a acidentados

do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), os recursos devem ser usados exclusivamente no custeio da assistência médico-hospitalar de vítimas de acidentes de trânsito.

Na defesa da proposta, Marconi Perillo argumenta que os gastos hospitalares com atendimento e tratamento das vítimas de acidentes de trânsito recaem, em sua maior parte, sobre estados e municípios que dispõem de unidades de saúde destinadas a urgência e emergência.

Marconi também observa que, para os estados e municípios, esses recursos representariam contribuição importante ao provimento dos serviços, enquanto, na esfera da União, constituiriam apenas parcela do custeio da atividade.

No ano de 2008, a arrecadação do seguro DPVAT, que abrange todas as categorias de veículos – de passeio, de transporte coletivo, motos, táxis, caminhões, camionetas, máquinas de terraplanagem e equipamentos móveis em geral (quando licenciados) –, foi de R\$ 4,646 bilhões, valor correspondente a 39,8 milhões de veículos segurados.

Carga ferroviária sem lona protetora deverá gerar multa

O transportador de cargas ferroviárias acomodadas em vagões abertos deve ser obrigado a usar lonas ou outras formas de proteção que impeçam o derrame e a dispersão de partículas do material na atmosfera. É o que estabelece projeto (PLC 77/10) em exame, hoje, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A empresa que descumprir a medida poderá pagar multa inicial de R\$ 500 para cada vagão

desprotegido.

A proposta pretende conter a poluição ambiental e as doenças respiratórias causadas pelo transporte inadequado das cargas. O projeto levou em conta os efeitos nocivos, sobretudo em decorrência das partículas em suspensão, para trabalhadores envolvidos e populações que vivem próximas às linhas férreas e estações de transbordo. O relatório, do senador César Borges (PR-BA), é favorável.

Os problemas são constatados especialmente no transporte de minerais em pedra e outros graneis minerais e agrícolas, como calcários, adubos e diversos tipos de grãos. Quando o transportador reincidir no descumprimento da exigência de proteger a carga, a multa de R\$ 500 por vagão será cobrada em dobro.

Como o projeto está sendo examinado em decisão terminativa, seguirá agora à sanção presidencial, salvo se houver recurso para que passe também pela análise do Plenário.



Relator, César Borges apoia medida que pune derrame de material

Situação dos ciganos será discutida amanhã

Uma audiência pública amanhã sobre a situação dos ciganos no país também debaterá a implementação de políticas públicas para essa comunidade. A reunião na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) foi solicitada pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

– Queremos que haja uma reflexão sobre os ciganos no Brasil. E vamos permitir que eles falem da sua vida e da discriminação que sofrem – afirmou o senador.

Audiência pública debate rumos do setor elétrico

Representantes da Eletrobras, do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), do Ministério de Minas e Energia e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) discutem, hoje, às 14h30, a situação do setor elétrico. Devem ser debatidos temas como a capacidade de geração instalada, o panorama do sistema de distribuição e a previsão de elevação da demanda.

Polícia do Senado ouve ex-assessora de Efraim e irmã sobre contratação irregular

Será realizado na próxima quinta-feira, às 15h, o depoimento de Mônica da Conceição Bicalho, ex-assessora do senador Efraim Morais (DEM-PB), e de sua irmã Kátia Regina Bicalho. Elas devem ser ouvidas pela Polícia Legislativa do Sena-

do Federal, segundo o diretor da secretaria de polícia, Pedro Araújo Carvalho.

Mônica Bicalho é citada como responsável pela contratação das irmãs Kelly e Kelriany Nascimento da Silva, sem conhecimento de ambas. Kelriany rela-

tiu à imprensa ter descoberto que era funcionária do Senado ao tentar abrir uma conta bancária. Na conta teriam sido depositados R\$ 3,8 mil por mês, valor que seria movimentado, sem seu conhecimento, por Mônica Bicalho.

Segundo as irmãs, Mônica lhes teria oferecido ajuda para custear seus estudos e anotado seus dados pessoais. Na terça-feira passada, quando a denúncia veio a público, Efraim pediu à Diretoria-Geral a exoneração de Kelly e Kelriany.

Agora, a polícia do Senado quer saber o que Mônica e sua irmã Kátia, também envolvida na denúncia, têm a dizer sobre a acusação. A documentação sobre o caso, enviada pela Diretoria de Recursos Humanos, está sendo analisada.

Serys: proteger o menor é dever de todos

Serys Slhessarenko (PT-MT) disse que todos os setores da sociedade devem atuar de forma vigilante no combate às agressões contra crianças e adolescentes, embora essa seja uma obrigação imposta ao Estado pela Constituição.

– A violência deste crime impõe a nós, homens e mulheres, que nos somemos a essa luta, que não pode e não deve ficar a cargo apenas do poder policial – afirmou. Ao lembrar a passagem do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, celebrado no último dia 18, Serys ressaltou que a data foi comemorada nas cidades de Cuiabá e Tangará da



Fotos de Wladimir Borriello

Serys destaca eventos em MT em defesa da criança

Serra, com a participação de autoridades de diversos setores.

– Mato Grosso está criando uma mobilização maior para proteger o direito da criança em simplesmente ser criança, mas livre de qualquer forma de violência, seja sexual ou não – afirmou.

Serys lembrou também que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado (CRA) deverá analisar hoje o projeto de lei que trata da regularização da gleba Maiká, localizada em Marcelândia. A proposta, que transfere o domínio sobre a gleba da União para o estado de Mato Grosso, será analisada posteriormente pela Comissão de Justiça.

– A regularização fundiária em Mato Grosso é fundamental, uma vez que a sua falta vem motivando inúmeros conflitos por terra, insegurança de investidores e prejuízo de arrecadação a municípios onde existem locais com essa indefinição – disse a senadora.

Cristovam lamenta acidente no Lago Paranoá

Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou a morte de duas jovens em um acidente com uma lancha no Lago Paranoá, em Brasília, no final de semana. Ele lamentou que a cidade não tenha fiscalização condizente com o quinto maior local de movimentação de embarcações no Brasil.

Cristovam lembrou que o Lago Paranoá tem mais movimento de barcos de passeio do que toda a Baía de Guanabara. Ele se solidarizou com os familiares das irmãs, de 18 e 21 anos.

– Não há em Brasília equipamentos necessários na proporção que se precisa para atender a um movimento tão intenso.



Cristovam cobrou fiscalização mais eficiente no Paranoá



Mão Santa afirma que governador não cumpriu promessas

Vítimas de enchente foram abandonadas, diz Mão Santa

As 613 famílias vítimas do rompimento da Barragem Algodões, no município piauiense de Cocal, um ano depois, estão abandonadas no local para onde foram levadas, sem água, sem energia elétrica ou assistência à saúde, afirmou Mão Santa (PSC-PI). O senador leu trechos de reportagem do jornal *Tribuna do Piauí* que retrata a situação.

– Na época em que a barragem arrebentou, o então governador do PT [Wellington Dias] foi lá e fez muitas promessas, que não são cumpridas – disse.

Mão Santa afirmou ainda que Wellington Dias – que pediu afastamento do cargo para se dedicar à campanha eleitoral – teria desviado para a conta única do go-

verno do Piauí cerca de R\$ 5 milhões destinados ao pagamento de remédios. “Com isso, pessoas com doença renal, que precisam de hemodiálise, ficaram 16 meses sem tratamento”, disse.

O senador reafirmou sua declaração de que “não há nenhum aeroporto internacional” na cidade de São Raimundo Nonato, no sul do Piauí, “como informavam os panfletos de propaganda do governo” do estado. Ele esteve na cidade no final de semana e pôde constatar que “lá está a mesma pista” que existia há dez anos.

Durante sua visita a São Raimundo Nonato, uma professora reclamou que o governo do Piauí não vem pagando o piso nacional de R\$ 950, disse Mão Santa.



Tuma propõe definição legal de assassino em série

à progressão de pena. A saída é a condenação a 30 anos por cada um dos assassinatos cometidos, em penas a serem cumpridas de forma sucessiva – disse Tuma.

Serial killer pode ter que cumprir penas sucessivas

Projeto de lei que define o que é *serial killer* e cria penas sequenciais de 30 anos para cada assassinato cometido foi apresentado por Romeu Tuma (PTB-SP).

Hoje, um assassino em série é julgado e punido apenas por um dos crimes, o que lhe garante o direito à progressão da pena, à liberdade condicional e a outros benefícios da lei, explica o senador.

De acordo com o proje-

to (PLS 140/10), é considerado *serial killer* alguém que comete mais de três assassinatos dolosos com padrão e características idênticas, de forma compulsiva, e é identificado como psicopata por exame psiquiátrico.

– A legislação brasileira não reconhece o assassino em série, nosso Código Penal tem pena máxima de 30 anos e o Supremo Tribunal Federal não permite que se vede a alguém o direito

Senador considera possível pressão da indústria de armas ou sabotagem de países ricos na posição de Obama contra acordo nuclear com Irã

Pedro Simon critica recuo de Barack Obama

APESAR DE RECONHECER muitas qualidades no presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem ter estranhado a posição do governo norte-americano contrária ao recente acordo nuclear entre o Irã e a Turquia, fechado com a intermediação do Brasil. Para Simon, Obama “baqueou” frente a pressões ainda não identificadas, mas que podem até ter partido da indústria armamentista.

Outra hipótese, que o senador considera igualmente grave, é a de que por trás dos obstáculos ao desenvolvimento de bombas atômicas por países como o Irã, estaria uma estratégia para impedir que a tecnologia nuclear com fins pacíficos torne-se realidade fora do grupo de países ricos. As grandes potências estariam receando o aumento do poderio econômico nas áreas do globo ainda não totalmente desenvolvidas. E deu como exemplo a possibilidade de o Brasil unir as bacias hidrográficas amazônica e do Prata utilizando a energia nuclear controlada.

De qualquer forma, Simon condenou a maneira como os ricos conduziram as negociações com o Irã. Em outubro do ano passado, os Estados Unidos seriam estimulados um acordo muito semelhante ao que foi firmado tendo como intermediador o presidente Lula. A prova disso seria uma carta enviada a Lula por Oba-



Simon lamenta que Lula tenha tido seus esforços bombardeados

ma. A carta vazou para a imprensa, o que também é recriminável, segundo Simon. Nela, Obama teria mencionado o enriquecimento de urânio iraniano em 20% pela Turquia, em conjunto com a França e a Rússia.

– Não me passa pela cabeça que o Itamaraty tenha distribuído um texto que não fosse real e concreto. Até sou muito sincero: eu estranho a divulgação do texto.

Ainda assim, o senador prestou solidariedade ao governo brasileiro e lamentou que Lula tenha tido seus esforços bombardeados. Integrante da Comissão de Relações Exteriores, Simon avalia que é possível até que, diante do sucesso da diplomacia brasileira, os Estados Unidos e outros países ricos, como a Rússia, a França e a China, tenham decidido sabotar o acordo. Seria uma forma de diminuir a crescente importância e desenvoltura de países hoje considerados “anões”.

Joguete

Outra hipótese pouco louvável para Obama é

que Lula tenha sido apenas um brinquedo nas mãos do presidente dos Estados Unidos, do mesmo modo como teria sido manipulado pelo presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad. Analistas de assuntos internacionais alertaram para o risco de Lula ser ingênuo nesse campo. E, no que se refere às conversas entre Lula e Ahmadinejad, lembraram o que Hitler fez com o primeiro ministro inglês Neville Chamberlain. Em um encontro ocorrido em 1938, Chamberlain acreditou nas promessas de paz do ditador nazista, que logo em seguida invadiu a Áustria. No caso das tratativas entre Lula e Obama, Simon indaga se o presidente brasileiro não se deixou levar pelos incentivos do presidente norte-americano e depois ficou como pai de uma ideia que não deu certo.

O que não se pode admitir, argumenta Simon, é que nesta disputa com o Irã os Estados Unidos estejam incorrendo no mesmo erro cometido em relação ao Iraque, país acusado injustamente de ter armas químicas.

Alvaro defende vacinação contra gripe A para todos

Baseado em dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) informou ontem, em Plenário, que o Paraná foi o campeão mundial em mortes causadas pela gripe A H1N1, também chamada de gripe suína, em 2009. O índice de mortes chegou a 2,5%, disse o parlamentar.

Alvaro Dias fez um apelo ao Ministério da Saúde para que providencie a vacinação de todos os paranaenses contra a gripe. Ele lembrou, a título de comparação, que o índice nacional de mortes em 2009 foi de 0,8%, enquanto que, nos Estados Unidos, foi de 0,3%.

O parlamentar acredita que a segunda onda da

gripe A H1N1 poderá ser ainda “mais letal” e que o correto seria garantir a vacinação a toda a população indiscriminadamente, pois o que tem prevalecido no estado é um “quadro de insegurança e incerteza”, especialmente entre as faixas etárias excluídas da vacinação. Ele disse que este ano já foram confirmados mais de mil casos da doença no Paraná, tendo ocorrido 11 mortes.

Alvaro Dias lembrou que o Conselho Regional de Medicina do Paraná e a Associação Médica do estado, diante da gravidade da situação, ingressaram com medidas judiciais para garantir a vacinação contra a gripe para todos os paranaenses. Antes de



Alvaro Dias: Paraná foi campeão mundial de mortes

ingressarem na Justiça, as entidades tentaram, em conjunto com as outras sociedades científicas de especialidades, sensibilizar o Ministério da Saúde, no entanto, não foram atendidas.

O senador assinalou que a 2ª Vara Federal de Curitiba concedeu liminar – depois cassada – determinando a vacinação de todos os moradores do Paraná.

Texto determina que passarão a ser impenhoráveis "equipamentos, implementos e máquinas agrícolas, desde que pertencentes a pessoa física ou a empresa individual"

Restrição à penhora de equipamentos agrícolas

MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E implementos agrícolas usados pelos agricultores poderão passar a integrar lista de bens impenhoráveis previstos no Código de Processo Civil (CPC). Esse é o objetivo de proposta que está na pauta de votações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne amanhã.

Pelo texto, passarão a ser impenhoráveis "equipamentos, implementos e máquinas agrícolas, desde que pertencentes a pessoa física ou a empresa individual produtora rural, exceto nos casos em que esses bens tenham sido objeto de financiamento e estejam vinculados como garantia ou quando respondam por dívida de natureza alimentar, trabalhista ou previdenciária".



Jarbas Vasconcelos é relator do projeto, que terá decisão terminativa na CCJ

O projeto original (PLS 151/08), de autoria de Pedro Simon (PMDB-RS), será votado na forma de um substitutivo do relator, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), e terá decisão termi-

nativa na CCJ. Na redação original, o novo dispositivo estendia a impenhorabilidade tanto para pessoa física como para pessoa jurídica. O substitutivo limitou a medida apenas ao agricultor rural pessoa física ou a empresa individual produtora rural.

Conforme argumentação do relator, a penhora de máquinas industriais não priva a empresa de dar continuidade às suas atividades. Excetua-se a empresa individual produtora rural, já que seu titular vive do trabalho pessoal e próprio.

Se aprovada na Comissão de Justiça, a proposta segue para análise da Câmara dos Deputados.



Homenagem a Jefferson Pères, falecido há dois anos, será realizada amanhã

Senado reverencia o legado ético de Jefferson Pères

O Senado vai reverenciar a memória do ex-senador Jefferson Pères, representante do PDT de Amazonas morto em 23 de maio de 2008. A homenagem será feita no início da sessão deliberativa de amanhã, às 14h, por solicitação do senador Jefferson Praia (PDT-AM).

O senador morreu aos 76 anos, em sua residência, em Manaus, após sofrer infarto. Com sua morte, Jefferson Praia, que era primeiro suplente, assumiu o cargo. Segundo ele, durante os 13 anos em que exerceu mandato no Senado, Jefferson Pères "projetou-se na consciência nacional como uma agenda viva de transformação ética, regeneração moral e modernização cultural e institucional da sociedade brasileira".

Jefferson Praia acrescentou que o próprio Senado reconheceu esse fato ao batizar o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar com o nome de Jefferson Pères.

Advogado, casado e pai de três filhos, José Jefferson Carpinteiro Pères nasceu em 19 de março de 1932, em Manaus. Fez pós-graduação em Ciência Política no Instituto Superior de Estudos Brasileiros e em Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas. Exerceu cargos na Corregedoria-Geral da Justiça do Amazonas e no tribunal de Justiça do estado, foi vereador em dois mandatos, a partir de 1988, e eleito senador pela primeira vez para o período de 1995 a 2003.

No Senado, foi titular das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição e Justiça (CCJ) e suplente das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e Educação (CE), entre

outras. Foi ainda titular da Comissão Mista de Orçamento (CMO), na qual assumiu o cargo de vice-presidente, e da CPI Mista que investigou o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil.

Em outros grupos e comissões do Parlamento, o senador ajudou a reformar o Código Civil e o Poder Judiciário. Também participou de discussões sobre o desemprego e o subemprego no país. Destacou-se ainda como relator da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Entre seus trabalhos publicados, destacam-se: *Problemas econômicos da atualidade; Zona Franca, desenvolvimento e estagnação; Evolução de Manaus – como eu a vi ou sonhei; Partidos políticos na América Latina; e O modelo Zona Franca – uma economia de enclave.*

Conselho de Ética

Em seus dois mandatos no Senado, Pères sempre se destacou por seus discursos sobre assuntos polêmicos e importantes na política nacional e internacional. Manifestou-se contra a instituição de cotas raciais nas universidades e no serviço público em geral e defendeu a reforma tributária.

No Conselho de Ética, Jefferson Pères destacou-se como relator do processo que levou à cassação do ex-senador Luiz Estevão, em junho de 2000. Em outro episódio marcante, em novembro de 2007, já de volta ao conselho, conseguiu que aprovassem seu relatório pedindo a cassação do mandato de Renan Calheiros (PMDB-AL), por quebra de decoro parlamentar, decisão que não foi seguida pelo Plenário.



Crianças posam em visita ao Senado: audiência aborda sugestão de artistas e intelectuais que pode ser inserida na Constituição

Comissão debate direito à busca da felicidade

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) terá audiência pública amanhã para debater a conveniência de incluir no artigo 6º da Constituição o "direito à busca da felicidade". O artigo 6º é o que trata dos direitos sociais, hoje definidos como direito a educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados.

O pedido para a audiência pública é do senador Cristovam

Buarque (PDT-DF). Entre os convidados, estão os presidentes do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso; da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef), Luciano Borges; do Movimento + Feliz, Mauro Motoryn; e a cantora Margareth Menezes, representante da classe artística.

Cristovam explicou que a proposta de incluir o direito à busca da felicidade na Constituição é de artistas e intelectuais que o procuraram. Ele acrescentou que o direito à busca da felici-

dade parece algo bem mais concreto do que a felicidade em si. Segundo ele, se uma pessoa não é feliz por questões íntimas, psicológicas, existenciais ou até mesmo fisiológicas, é uma coisa. Outra, muito diferente, é não ter condições de ser feliz porque sofre pressões, limitações ou bloqueios por parte da sociedade:

– Mesmo sendo clara a diferença, é preciso debater se realmente é o caso de se incluir o direito à busca da felicidade como um direito social – disse.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Papaléo Paes • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burl
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Data nacional da categoria é 30 de outubro, mas homenagem antecipada lembra lutas e conquistas dos hoje mais de 10 milhões de trabalhadores



Fotos de José Cruz

Mão Santa (à esq., ao lado de Paulo Paim) preside a sessão comemorativa. Senador lembrou que as atividades de comércio e de serviços costumam refletir com exatidão o nível de crescimento econômico

Plenário do Senado celebra Dia do Comerciário

O SENADO HOMENAGEOU ontem com uma sessão especial o Dia do Comerciário, celebrado em 30 de outubro. Coube a Mão Santa (PSC-PI) abrir a sessão, sugerida por Paulo Paim (PT-RS).

O dia 30 de outubro foi escolhido porque, nessa data, em 1932, o *Diário Oficial da União* publicou o Decreto-Lei 4.042/32 (no governo Vargas) que regulamentou a jornada de trabalho da categoria, reduzindo a carga horária de 12 para 8 horas diárias, benefício estendido, posteriormente, aos demais trabalhadores.

Para compor a Mesa, Mão

Santa chamou o presidente da da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah. Já a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) foi representada pelo primeiro-vice-presidente, Levi Fernandes Pinto; pelo primeiro-secretário, José Augusto da Silva Filho; pelo primeiro-tesoureiro, Valmir de Almeida Lima; e pelo Diretor de Assuntos Culturais e Orientação Sindical, Guiomar Vidor.

Mão Santa prestou uma homenagem aos participantes do 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços, que se realiza nesta semana,

em Brasília. O senador destacou que a confederação é uma entidade consolidada e congrega 30 federações e 813 sindicatos, representando cerca de 10 milhões de trabalhadores.

Para Mão Santa, o comércio, como outras atividades do setor de serviços, é um termômetro confiável do nível de crescimento e da elevação da renda da população, além de estar entre os setores de maior demanda de mão de obra na economia, com larga diversidade de qualificações.

– É, portanto, fácil perceber a importância estratégica desses

segmentos na qualidade do desenvolvimento econômico e social da nação, diante da premente necessidade de ampliar e robustecer seu mercado interno e de poupança pelo fortalecimento das atividades comerciais e de prestação de serviços – destacou Mão Santa.

Segundo ele, quanto mais fortes se tornarem esses setores em nossa economia, melhores indicadores de bem-estar demonstrarão a elevação do padrão de vida, estimulando o poder público a adotar políticas públicas consistentes, continuadas e duradouras.

Paim: “Há dinheiro para o reajuste dos aposentados”

Paulo Paim sustentou que há dinheiro para arcar com o fim do fator previdenciário e pagar o reajuste das aposentadorias, contestando argumento de que a Previdência Social está quebrada. Ele disse que o “déficit previdenciário é apenas uma questão de encontro de contas”.

Segundo o senador, o governo federal usou recursos da Previdência Social para outros fins e a contribuição do Estado nunca foi efetivada, embora o sistema tenha sido criado para ser tripartite. Ele afirmou que “isso fica mais claro a cada dia”.

– Tudo que eu proponho, dizem que vai quebrar o país. Eu acredito nesse governo e poderemos dizer aos nossos netos e bisnetos que o mês de maio de 2010 representou uma data histórica, com o reajuste dos aposentados e o fim do fator que penaliza os homens, mas sobretudo as mulheres, no cálculo de suas aposentadorias. Também será, em maio ou junho de 2010, que aprovaremos o PLS 115/07 regulamentando a profissão de comerciário – prometeu o parlamentar.

Paim afirmou ainda ter sido o fortalecimento do mercado interno brasileiro o fator que salvou o país da crise imobiliária dos Estados Unidos. O senador ressaltou que empresário inteligente é aquele que paga bem aos seus empregados, porque terá consumidores para seus próprios produtos.

País vive explosão de consumo, diz Adelmir Santana

O 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços se realiza num “esplendoroso momento, em que milhões de consumidores vão às lojas”, disse Adelmir Santana (DEM-DF) durante a sessão especial que homenageou o Dia do Comerciário.

Segundo o senador, essa “explosão de consumo” se reflete em bem-estar para a população “e o comerciário é um elo importante neste fenômeno, porque é ele que representa o lado humano das empresas”.

Adelmir lamentou que o comerciário não seja ainda uma profissão reconhecida, afirmando que, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), trabalha para garantir os direitos fundamentais desses trabalhadores, como líder empresarial e parlamentar.

Ele lembrou haver dois projetos em tramitação na CAS que tratam da regulamentação dessa profissão: o PLS 115/07, de



Adelmir lamenta que a profissão de comerciário não seja reconhecida, mas lembra que há dois projetos sobre o tema na CAS

Paulo Paim (PT-RS), e PLS 152/07, de Pedro Simon (PMDB-RS).

Para o senador, com o crescimento do país, o comércio vai dinamizar a economia. Como vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e presidente do Sistema Fecomércio, Sesc e Senac no Distrito

Federal, Adelmir destacou os serviços de educação, esporte, cultura, lazer, ação social, saúde e alimentação que essas entidades prestam. “Em 2010, alcançamos a marca de 20,1 milhões de atendimentos”, destacou.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou ter admiração pela classe e ressaltou a relevância

da luta dos senadores pela regulamentação da profissão. Para ele, o trabalhismo representa a construção do equilíbrio entre empresário e trabalhador, dentro do diálogo e das boas relações de trabalho.

A sessão terminou com uma salva de palmas aos comerciários presentes.

A partir de julho de 2011, mais 87 tipos de eletrodomésticos só poderão ser comercializados com o selo de certificação emitido pelo Inmetro

Mais produtos com segurança garantida

A PARTIR DE 1º de julho de 2011, 87 tipos de eletrodomésticos e similares, fabricados no Brasil ou importados, deverão ser certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro). Entre os produtos de uso residencial que deverão ser certificados, estão ferro de passar, secador de cabelo, aspirador, multi-processador, liquidificador,

carregador de pilhas e baterias e aparelho de barbear. Entre os equipamentos comerciais e industriais, as máquinas de venda (como as de refrigerantes), fogões, fornos, chapas elétricas e aparelhos multifuncionais.

Pela portaria 371 do Inmetro, que torna a certificação obrigatória e foi publicada em dezembro de 2009, fabricantes e importadores estão obrigados a produzir ou importar os

itens com certificação do órgão a partir de 1º de julho de 2011. Mas ainda poderão vender produtos não certificados ao varejo ou atacado até 30 de junho de 2012. Já o comércio terá até 31 de dezembro de 2012 para escoar o estoque de itens fora das normas.

Alfredo Lobo, diretor da Qualidade do Inmetro, explica que os produtos serão submetidos a testes de labo-

ratório e os fabricantes terão a linha de produção auditada periodicamente.

– A decisão foi tomada em conjunto com a indústria de eletrodomésticos. Por isso, creio que a certificação contribua, em curto prazo, para que os fabricantes aperfeiçoem seus produtos. Quem será beneficiado é o próprio consumidor, que comprará utensílios que oferecem mais segurança – explica.

Hoje, muitos desses produtos já possuem certificação voluntária, feita por solicitação do fabricante como forma de informar e atrair o consumidor. No entanto, quando um produto, por não estar de acordo com a norma, puder afetar a saúde ou a segurança do comprador, o Inmetro ou outro órgão governamental podem tornar obrigatória a sua certificação, como já ocorre hoje com mais de 80 itens, entre os quais botijões, mangueiras e reguladores de pressão para gás de cozinha, fusíveis (rolha e cartucho), preservativos masculinos, capacetes e extintores.

Processo inclui testes e fiscalização

O processo de certificação propicia, com adequado grau de confiança, que o produto atenda a requisitos mínimos de segurança estabelecidos em norma ou regulamento técnico, o que é demonstrado em ensaios e testes de laboratório, conduzidos por um certificador reconhecido pelo Inmetro. Isso, no entanto, não exime o fornecedor da responsabilidade pela sua qualidade. Os produtos que levam o selo do Inmetro são periodicamente testados e, se for comprovado que o fabricante desrespeitou a norma, seu certificado pode ser suspenso ou revogado. Em caso de reprovação, o produto fica impedido de ser comercializado em todo o país.

No mercado, a fiscalização desses produtos é conduzida pelos órgãos estaduais de pesos e medidas delegados pelo Inmetro. Os produtos encontrados com irregularidades são interditados ou apreendidos cautelarmente.



Brinquedos não certificados podem quebrar facilmente e conter partes cortantes ou substâncias tóxicas na sua composição

Certificação pode evitar ocorrência de acidentes graves

Produtos sem qualidade e não testados podem causar acidentes graves, especialmente os comercializados irregularmente, com defeitos ou sem instruções claras e precisas sobre sua utilização em seus rótulos, embalagens ou manuais. Além dos riscos previsíveis oferecidos por produtos químicos, de limpeza e medicamentos, há nas residências chuveiros elétricos, botijões de gás, eletrodomésticos e outros produtos que podem ameaçar a saúde e a segurança das pessoas.

Um berço com defeito ou não montado adequadamente, por exemplo, oferece muitos riscos ao bebê. Os brinquedos – campeões de reclamações na Ouvidoria do Inmetro – também devem ser observados com cuidado, pois não devem ter pontas

ou extremidades cortantes e partes ou peças pequenas que possam se desprender com facilidade e provocar acidentes.

No Brasil, o órgão responsável por verificar se um produto, processo ou serviço atende a requisitos técnicos especificados – ou seja, avaliar a conformidade – é o Inmetro, uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, criada em 1973. Até 1992, só o Inmetro realizava as avaliações de conformidade. A partir daquele ano, elas passaram a ser conduzidas por organismos e laboratórios acreditados pelo Inmetro – atualmente são 13 laboratórios no Brasil autorizados a fazer a avaliação de acordo com os critérios determinados pelo instituto.

Cuidados essenciais na compra

Ao adquirir produtos de certificação obrigatória, além de verificar se eles receberam o selo, outros cuidados são necessários. Conheça alguns deles.

Brinquedos

A certificação é válida para todos os países do Mercosul. Não compre de camelôs. Exija sempre a nota fiscal, essencial em caso de acidente ou defeito no produto. Antes de entregar um brinquedo às crianças, leia as instruções de uso. Cuidados especiais devem ser observados na retirada das embalagens, que podem ter grampos metálicos, papéis com tintas inadequadas etc. Deve ser dada atenção à faixa etária recomendada para o produto. Peças pequenas, em especial, são muito perigosas.

Botijão de gás

Só compre em distribuidoras, revendedores autorizados e caminhões das empresas. Não compre botijões amassados. Falhas na pintura causam ferrugens, criam pequenos buracos, provocam vazamentos e explosões. Exija botijões com lacre e com rótulos de instruções. Não os guarde em local fechado e sem ventilação. Antes de trocar o botijão, certifique-se de que todos os queimadores do fogão estão desligados e o local está bem ventilado e livre de qualquer tipo de fogo. Ao instalar o botijão, guarde o lacre, comprovante de quem engarrafou o gás.

Mangueira para gás de cozinha

Deve ser feita de material incolor (PVC), não maior que 80 cm e ter uma faixa amarela com a marca de certificação, o prazo de validade e o nome do fabricante. Não utilize outro tipo de mangueira para essa finalidade. Verifique a validade no ato da compra e substitua a mangueira quando vencer o prazo. Não passe a mangueira atrás do forno, não a deixe encostar no fogão e não a emende. O aquecimento poderá derretê-la, causando vazamento de gás.

Regulador de pressão para gás doméstico (registro ou válvula de gás)

Só compre regulador que possua a marca de certificação gravada no corpo. Para troca do botijão, o aperto manual da borboleta é suficiente. Ferramentas forcem a válvula e podem danificá-la. Use apenas espuma de sabão para verificar vazamento. Se houver, mantenha o botijão em local ventilado e comunique-se com a companhia distribuidora de gás.

Preservativo masculino

Só compre se na embalagem aparecer a marca de certificação, se a embalagem não estiver violada (furada, rasgada etc.), não apresentar sinais de umidade e se estiver dentro do prazo de validade.

Campeões de reclamações

Confira abaixo a lista de produtos com mais reclamações na Ouvidoria do Inmetro, entre janeiro e outubro de 2009

Produtos	Reclamações
Brinquedos	49
Fósforos de segurança	17
Dispositivo de retenção para crianças (cadeirinha/assento infantil para o carro)	13
Cadeira plástica monobloco (em que o assento e pernas são constituídos em uma única peça, com ou sem braço)	6
Bebedouro	5
Preservativo masculino (camisinha)	4

Acidente de consumo: se ocorrer, relate seu caso no site do Inmetro – www.inmetro.gov.br/consumidor/acidente_consumo.asp

Saiba mais

Inmetro
Ouvidoria: 0800-285-1818
www.inmetro.gov.br
Portaria 371/09: www.inmetro.gov.br/legislacao/rtac/pdf/RTAC001519.pdf
Produtos de certificação obrigatória:
www.inmetro.gov.br/qualidade/prodCompulsorios.asp

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)
(61) 3223-5590
www.abnt.org.br

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
(61) 2027-7000 www.mdic.gov.br